



Estudos e Pesquisas  
Informação Demográfica e Socioeconômica  
número 44

**Estatísticas de Gênero**  
**Indicadores sociais das mulheres no Brasil**

**2ª edição**

Notas técnicas

Presidente da República

**Jair Messias Bolsonaro**

Ministro da Economia

**Paulo Roberto Nunes Guedes**

Secretário Especial de Fazenda

**Waldery Rodrigues Junior**

**INSTITUTO BRASILEIRO  
DE GEOGRAFIA E  
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente

**Susana Cordeiro Guerra**

Diretor-Executivo

**Marise Maria Ferreira**

**ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES**

Diretoria de Pesquisas

**Eduardo Luiz G. Rios Neto**

Diretoria de Geociências

**Claudio Stenner**

Diretoria de Informática

**Carlos Renato Pereira Cotovio**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

**Carmen Danielle Lins Mendes Macedo**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

**Maysa do Sacramento de Magalhães**

**UNIDADE RESPONSÁVEL**

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

**Cristiane dos Santos Moutinho**

Ministério da Economia  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Diretoria de Pesquisas  
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas  
Informação Demográfica e Socioeconômica  
número 44

# **Estatísticas de Gênero**

## **Indicadores sociais das mulheres no Brasil**

### **2ª edição**

Notas técnicas



Rio de Janeiro  
2021

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 **Estudos e pesquisas**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série Estudos e pesquisas está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-65-87201-51-1

© IBGE. 2021

Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo que apresenta comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos sobre os principais resultados do estudo, e é disponibilizada tanto em meio impresso como em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, objeto deste documento, traz considerações de natureza metodológica sobre o estudo e é veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

# Sumário

Apresentação .....	4
Introdução .....	5
Notas técnicas .....	7
Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos.....	7
Educação .....	13
Saúde e serviços relacionados .....	16
Vida pública e tomada de decisão .....	19
Direitos humanos das mulheres e meninas.....	21
Referências .....	23

## Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

# Apresentação

O Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI) foi proposto em 2013 pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) como resultado de um esforço de sistematização de informações relevantes destinadas à mensuração da igualdade de gênero e empoderamento feminino. Desde então, tem desempenhado papel de guia para os países na produção de estatísticas de gênero, fornecendo, igualmente, um quadro de comparabilidade internacional.

Com a divulgação do estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, 2ª edição, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE atualiza a produção e análise de grande parte desses indicadores para o Brasil. A partir das temáticas Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; Educação; Saúde e serviços relacionados; Vida pública e tomada de decisão; e Direitos humanos das mulheres e meninas, foi possível traçar um panorama, ainda que sucinto, das desigualdades de gênero no País, oferecendo um conjunto de informações para estudiosos e formuladores de políticas públicas.

O estudo ora divulgado, que teve sua primeira edição publicada em 2018, soma-se aos trabalhos no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Gênero - SNIG. Lançado em 2014, o SNIG apresentou, por meio de publicação impressa e sistema *web*, indicadores a análises com enfoque de gênero nos temas Deficiência; Domicílios; Educação; Famílias; População; Rendimento; Trabalho; e Migração, a partir dos dados dos censos demográficos de 2000 e 2010.

Estas notas técnicas apresentam os metadados dos indicadores que constam do informativo e do plano tabular que compõem o estudo, descrevendo como foram produzidos.

**Eduardo Luiz G. Rios Neto**  
Diretor de Pesquisas

# Introdução

O Brasil integra, desde 2012, o Grupo Interinstitucional de Peritos em Estatísticas de Gênero (Inter-Agency and Expert Group on Gender Statistics - IAEG-GS), coordenado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Division - UNSD)<sup>1</sup> e composto por representantes dos programas de estatísticas de gênero de instituições internacionais, regionais e nacionais. Nesse arcabouço institucional, foi elaborado de forma colaborativa o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI), para servir de parâmetro na mensuração da desigualdade de gênero por países e regiões. Atualmente, o CMIG constitui importante ferramenta para o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O objetivo do presente estudo é produzir indicadores nacionais a partir dos metadados do CMIG, disponibilizados UNSD. Alguns dos 52 indicadores do CMIG não apresentavam, até a presente data, metodologia de cálculo que possibilitasse a compreensão adequada do indicador para que o mesmo pudesse ser elaborado. Em alguns casos, mesmo sem os metadados disponíveis, foi possível a construção do indicador a partir de metodologias já utilizadas nas pesquisas domiciliares, registros administrativos ou em publicações oficiais específicas sobre cada temática. Em outros casos, foram feitas algumas adaptações como forma de suprir lacunas de informações existentes.

Há, ainda, um grupo de indicadores cuja elaboração não foi possível pelo nível de desagregação exigido ou pela indisponibilidade dos dados na forma de registros administrativos gerados pelo órgão competente. Nesse sentido, mostra-se cada vez mais necessária uma maior interlocução do IBGE com outras instituições na produção de estatísticas que atendam às demandas internacionais de divulgação de dados sobre gênero em diferentes áreas temáticas.

Por outro lado, o estudo incluiu desagregações adicionais para os indicadores propostos pelo CMIG, como Unidades da Federação, cor ou raça, grupos de idade, entre outras. Além disso, foram produzidos indicadores complementares com o fim de ampliar as possibilidades de análise, mitigando a ausência de indicadores CMIG indisponíveis.

No plano tabular disponível na Internet, as tabelas obedecem a numeração dos indicadores CMIG e estão organizadas em pastas temáticas. As tabelas com indicadores complementares foram denominadas “tabelas extras” e também estão alocadas segundo o tema.

.....  
<sup>1</sup> A UNSD, como Secretaria da IAEG-GS, é encarregada de coletar e compilar dados e metadados de agências líderes e disponibilizar esses dados na Internet. Para informações mais detalhadas, consultar o portal da UNSD, no endereço: <http://genderstats.un.org>.

A seguir, encontram-se, dentro de cada temática, a definição conceitual dos indicadores de acordo com os metadados da UNSD, fonte de informações e metodologia de cálculo utilizada para todos os quais havia dados nacionais disponíveis.



# Notas técnicas

## Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos

### Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo, idade e localização geográfica

Conforme definido pela UNSD para o CMIG 1, o número médio de horas gastas em afazeres domésticos e cuidados deriva das estatísticas de uso do tempo, cujos dados podem ser resumidos e apresentados como (1) tempo médio gasto apenas para participantes ou (2) tempo médio gasto para toda a população com certa idade. No primeiro tipo, o tempo total gasto pelos indivíduos que realizaram uma atividade é dividido pelo número de pessoas que o realizaram (participantes). É calculado como a média de horas semanais, considerando os sete dias da semana (os dias úteis e os fins de semana não são diferenciados).

O indicador nacional foi formulado a partir do módulo “Outras formas de trabalho” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua para os anos de 2016 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 5<sup>as</sup> entrevistas. O indicador foi calculado de forma conjunta para as pessoas com 14 anos ou mais de idade que declararam ter realizado afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas para o próprio domicílio na semana de referência, incluindo desagregação para os ocupados. Considerou-se a média de horas semanais efetivas de afazeres domésticos.

Uma tabela adicional foi produzida para este indicador considerando o ordenamento da população em classes de rendimento domiciliar *per capita*. Foram construídas cinco classes, cada uma representando 20% da população em ordem crescente de rendimento<sup>2</sup>.

### Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e nos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (carga total de trabalho), por sexo

O CMIG 2 foi calculado de forma semelhante ao indicador anterior, utilizando apenas as pessoas ocupadas e agregando as informações sobre horas no trabalho remunerado. Considerou-se a média de horas semanais.

.....  
<sup>2</sup> Para a descrição dos procedimentos metodológicos para a construção de estatísticas por décimos e outros percentuais da população, consultar o Anexo 3 da publicação: SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 43). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: jan. 2021.

Uma tabela adicional foi produzida para este indicador considerando o ordenamento da população em classes de rendimento domiciliar *per capita*. Foram construídas cinco classes, cada uma representando 20% da população em ordem crescente de rendimento<sup>3</sup>.

### **Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo**

Conforme definido pela UNSD para o CMIG 3, a taxa de participação da força de trabalho é expressa como percentual da força de trabalho em relação à população em idade de trabalhar em determinado período de referência. A força de trabalho compreende todas as pessoas em idade ativa que fornecem mão de obra para a produção de bens e serviços – conforme definido pelo limite de produção do Sistema de Contas Nacionais (System of National Accounts - SNA) das Nações Unidas – durante um período de tempo-referência especificado. Refere-se à soma de todas as pessoas em idade ativa que trabalham e que estão desempregadas.

O indicador nacional foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas, para pessoas de 15 anos ou mais de idade e de 15 a 24 anos de idade na semana de referência.

### **Proporção de pessoas ocupadas que são trabalhadores por conta própria, por sexo**

O indicador nacional foi calculado utilizando a mesma metodologia proposta pelos metadados da UNSD para o CMIG 4, que considera como trabalhador por conta própria a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado. O indicador nacional foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas, para a população de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.

### **Proporção de pessoas ocupadas em ajuda a pessoa do domicílio, por sexo**

O indicador nacional para o CMIG 5 foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas, para a população de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência. Define-se como trabalhador familiar auxiliar a pessoa que trabalhava sem receber remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar ou parente que era conta própria, empregador ou empregado.

A Classificação Internacional da Situação de Emprego (International Classification of Status in Employment - ICSE), da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), que pontuou a definição do indicador pela UNSD,

.....  
<sup>3</sup> Ver nota 2.

define a seguinte diferença em relação ao adotado pelo IBGE: o trabalhador pode receber remuneração.

### **Proporção de pessoas ocupadas que são empregadores, por sexo**

O indicador nacional para o CMIG 6 foi calculado utilizando a mesma metodologia proposta pelos metadados da UNSD, que considera empregador a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado. Para o seu cálculo considerou-se a proporção dos empregadores em relação a população ocupada. O indicador nacional foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas, para a população de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.

### **Distribuição percentual da população ocupada por sexo, segundo setor de atividade econômica (Agropecuária, Indústria, Serviços)**

De acordo com a metodologia proposta pela UNSD para o CMIG 8, a atividade agropecuária e os setores de serviços são definidos pela Classificação Industrial Padrão Internacional (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC). O setor agropecuário compreende atividades na agricultura, pecuária, atividades de caça, silvicultura e pesca de acordo com a divisão principal 1 da ISIC 2, das categorias A e B da ISIC 3 e da categoria A da ISIC 4. O setor industrial compreende as atividades de extração e mineração, de construção civil e de serviços públicos (gás elétrico e água) de acordo com as divisões principais 2 a 5 da ISIC 2, categorias C a F da ISIC 3 ou categorias B a F da ISIC 4. O setor de serviços consiste em comércio por atacado e varejo; restaurantes e hotéis; transporte, armazenamento e comunicações; serviços financeiros, seguro imobiliário e serviços empresariais; e serviços sociais e pessoais para as famílias. A administração pública e educação encontram-se dentro da atividade de serviços.

O indicador nacional foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas, para a população de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência. Este indicador é elaborado a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Domiciliar 2.0. O segmento agropecuário compreende as atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. O setor industrial compreende a indústria extrativa e de transformação, construção civil e eletricidade e gás. Já o segmento de serviços inclui as atividades de comércio no atacado e no varejo, as atividades de transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação, informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas e outros serviços (atividades ligadas a arte, cultura e esportes; atividades de serviços pessoais; entre outras).

### **Proporção de pessoas ocupadas em trabalhos informais em relação ao total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, por sexo**

Para a construção do CMIG 9, a UNSD define o emprego informal a partir das características do mercado de trabalho. As informações do IBGE permitem que se calcule

a informalidade pelas características do emprego, utilizando, para isso as informações sobre posição na ocupação.

O indicador nacional foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas, para a população de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência. Na PNAD Contínua a definição de trabalho informal compreende a inexistência de um contrato formal de trabalho (carteira de trabalho assinada, trabalhadores vinculados ao regime jurídico único ou militares) ou pela falta de cobertura do sistema de seguro social. Compreende o trabalho formal a soma dos empregados com carteira de trabalho assinada, os empregados do setor público e militares do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros militar, os trabalhadores por conta própria e empregadores que contribuem para a previdência social. Todos os demais trabalhadores enquadram-se no trabalho informal.

### **Taxa de desocupação de pessoas de 15 a 24 anos de idade, por sexo, idade, cor ou raça e pessoas com deficiência**

A taxa de desocupação é definida como a proporção de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas na força de trabalho (ou população economicamente ativa) em um determinado grupo etário (no caso, 15 a 24 anos). O indicador nacional para o CMIG 10 foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas.

Foram apresentadas desagregações adicionais, como grupos de idade, cor ou raça e pessoas com deficiência. Para o grupo das pessoas com deficiência, o indicador foi construído a partir de informações da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS de 2013.

### **Razão de rendimentos entre homens e mulheres, por grupos ocupacionais, idade e pessoas com deficiência**

A UNSD não apresenta metadados com explicação de metodologia de cálculo para o diferencial de sexo nos salários proposto no CMIG 13.

Para este estudo, foi calculada a razão de rendimentos entre homens e mulheres, a partir dos dados da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas. As informações referem-se ao rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, na semana de referência, por sexo. Define-se rendimento médio real habitual das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas em todos os trabalhos como o rendimento bruto real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do ano mais recente. O deflator utilizado para isso é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Foram apresentadas desagregações adicionais, como grupos de idade, cor ou raça e pessoas com deficiência. Para o grupo das pessoas com deficiência, o indicador foi construído a partir de informações da PNS de 2013.

## **Proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, por sexo**

Na 81ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (International Labour Conference - ILC) em 1994, a OIT definiu o "trabalhador por tempo parcial" como um empregado cujas horas normais de trabalho são comparativamente menores do que as de trabalhadores por tempo integral. Assim, o ponto de demarcação é deixado para que os países definam individualmente. As linhas divisórias geralmente estão entre 30 e 40 horas por semana. Para esse indicador, um ponto de corte padronizado foi designado em 30 horas por semana.

O indicador nacional para o CMIG 14 foi calculado a partir dos dados da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas e adotando o critério estabelecido de acordo com os metadados da UNSD para trabalho parcial apresentados anteriormente. Definiu-se, dessa forma, como o total de pessoas, de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência em trabalho cuja carga horária semanal seja igual ou inferior a 30 horas, em relação ao total de pessoas, de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência.

## **Nível de ocupação de pessoas de 25 a 49 anos de idade, por presença de criança com até 3 anos de idade no domicílio, por sexo**

O indicador CMIG 15 não tem metadados apresentados com explicação de metodologia de cálculo pela UNSD. Os dados disponíveis na PNAD Contínua permitem a captura de informações sobre crianças com até 3 anos de idade no domicílio.

Dessa forma, o indicador foi calculado, a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas, como o nível de ocupação de pessoas de 25 a 49 anos de idade, com e sem a presença de criança de até 3 anos de idade no domicílio, por sexo. Define-se o nível de ocupação como a proporção de pessoas ocupadas em relação a população em idade de trabalhar (PIT) em um determinado grupo etário (neste caso, de 25 a 49 anos).

## **Proporção de crianças com até 3 anos de idade que frequentam escola ou creche, por sexo**

O indicador CMIG 16 não tem metadados apresentados com explicação de metodologia de cálculo pela UNSD. Foi construído para os anos de 2016 a 2019 com base nas informações do 2º trimestre da PNAD Contínua. Refere-se ao total de crianças com até 3 anos de idade em creche em relação ao total de crianças com até 3 anos de idade.

## **Proporção de pessoas que utilizaram a Internet nos últimos três meses, por sexo**

Conforme definido pela UNSD, o CMIG 17 refere-se ao percentual de pessoas que utilizam a Internet a partir de qualquer local. Até 2013, o período de referência utilizado para este indicador foi os últimos 12 meses. Em 2013, a definição foi atualizada e o período de referência é atualmente nos últimos três meses. Enquanto alguns países já usaram o período de referência mais estreito no passado, a maioria dos países ainda pode levar

algum tempo para aderir ao novo período de referência. Considera-se o uso da Internet independente do dispositivo usado (seu uso não é definido apenas por meio de um computador – também pode ser por telefone celular aparelhos de dispositivos sem fio, máquina de TV digital etc.). O acesso pode ser feito por uma rede fixa ou móvel.

O indicador foi construído para os anos de 2016 a 2018 com base nas informações do 4º trimestre da PNAD Contínua. Refere-se ao total de pessoas de 10 anos ou mais que utilizaram a Internet nos últimos três meses em relação ao total de pessoas com 10 anos ou mais de idade, por sexo.

### **Proporção de pessoas que possuem telefone móvel celular, por sexo**

Conforme definição da UNSD, o CMIG 18 é a porcentagem de pessoas que usam um telefone celular. Até 2013, o período de referência utilizado para este indicador foi nos últimos 12 meses. Em 2013, a definição foi atualizada e o período de referência é agora nos últimos três meses. Enquanto alguns países já usaram o período de referência mais estreito no passado, a maioria dos países ainda pode levar algum tempo para aderir ao novo período de referência. Um telefone celular móvel se refere a um telefone celular que se inscreve em um serviço público de telefonia móvel usando tecnologia celular que fornece acesso a Public Switched Telephone Network - PSTN. Isso inclui sistemas celulares analógicos e digitais, bem como IMT-2000 (3G) e IMT-Advanced (4G). Usuários de ambas as subscrições contas pós-pagas e cartões pré-pagos estão incluídos. O uso de um telefone celular não significa que o telefone seja de propriedade ou pago pela pessoa, podendo ser disponibilizado e pago por um amigo ou membro da família etc. Exclui o uso ocasional, por exemplo, um telefone celular emprestado para fazer uma chamada.

O indicador foi construído para os anos de 2016 a 2018 com base nas informações do 4º trimestre da PNAD Contínua. Refere-se ao total de pessoas com 10 anos ou mais que possuem telefone móvel celular em relação ao total de pessoas com 10 anos ou mais de idade, por sexo.

### **Proporção de domicílios com acesso a meios de comunicação (TV, Internet), por sexo do responsável pelo domicílio**

O CMIG 19 não tem metadados apresentados com explicação de metodologia de cálculo pela UNSD. No que se refere às informações de acesso à Internet e televisão, os dados estão disponíveis na antiga PNAD até o ano de 2015 e na PNAD Contínua para o ano de 2016. Já as informações sobre acesso à rádio encontram-se disponibilizadas apenas na antiga PNAD até o ano de 2015.

De forma a manter os dados atualizados, além de garantir a produção futura do indicador, o mesmo foi calculado para os anos de 2016 a 2018 com base nas informações do 4º trimestre da PNAD Contínua. Refere-se, dessa forma, ao total de domicílios particulares permanentes com acesso a meios de comunicação (TV e Internet) em relação ao total de domicílios, por sexo do responsável pelo domicílio. Foram considerados os domicílios com acesso a pelo menos um desses meios de comunicação.

## **Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas no trabalho doméstico**

Indicador complementar, que não faz parte do CMIG. Foi calculado a partir dos dados da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas, a partir das informações de posição na ocupação. Definiu-se, dessa forma, como o total de pessoas, de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência como trabalhador doméstico, em relação ao total de pessoas, de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência.

## **Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas como empregadores ou como conta própria com CNPJ**

Indicador complementar, que não faz parte do CMIG. Foi calculado a partir dos dados da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das 1<sup>as</sup> entrevistas, a partir das informações de posição na ocupação. Definiu-se como o total de pessoas, de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência como trabalhadores por conta própria e empregadores, que possuem CNPJ, em relação ao total de pessoas, de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência.

## **Educação**

### **Taxa de alfabetização de pessoas de 15 a 24 anos de idade, por sexo**

Por se tratar de um indicador tradicional, não há diferença significativa entre a definição da UNSD para o CMIG 20 e a adotada pelo Brasil. A taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos de idade é a proporção de pessoas de 15 a 24 anos de idade capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, inclusive a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever. Esse indicador foi calculado usando o 2º trimestre da PNAD Contínua 2016 a 2019.

### **Taxa ajustada de frequência escolar líquida ajustada nos anos iniciais do ensino fundamental, por sexo**

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 21, a taxa de matrícula líquida ajustada nos anos iniciais do ensino fundamental é o número de matrículas de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental ou em níveis posteriores com idade oficial para cursar esse nível dividido pelo total da população dessa faixa etária.

Para este estudo, foi calculada a taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino fundamental com dados do 2º trimestre da PNAD Contínua 2016 a 2019. Para o Brasil, essa taxa representa o total das crianças de 6 a 10 anos de idade que frequentam os anos iniciais do ensino fundamental ou já o concluíram dividido pelo total de crianças dessa faixa etária.

## **Taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 11 a 14 anos de idade e de 15 a 17 anos de idade, por sexo**

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 22, a taxa bruta de matrícula nos anos finais do ensino fundamental é o número de matrículas nos anos finais do ensino fundamental independentemente da idade desses estudantes dividido pelo total da população com idade prevista oficialmente para cursar esse nível, isto é, pessoas de 11 a 14 anos de idade. Da mesma forma, a taxa bruta de matrícula no ensino médio é o número de matrículas no ensino médio independentemente da idade desses estudantes dividido pelo total da população com idade prevista oficialmente para cursar esse nível, isto é, pessoas de 15 a 17 anos de idade. Contudo, em países com taxas elevadas de atraso escolar, como o Brasil, a taxa bruta de matrícula pode assumir valores acima de 100%.

Optou-se, neste estudo, calcular a taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 11 a 14 anos de idade com dados do 2º trimestre da PNAD Contínua 2016 a 2019. Essa taxa equivale à proporção de pessoas de 11 a 14 anos que frequenta escola, independentemente do nível de ensino, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. De forma similar, a taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 15 a 17 anos de idade é a proporção de pessoas de 15 a 17 anos que frequenta escola, independentemente do nível de ensino, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

## **Taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 18 a 24 anos de idade, por sexo**

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 23, a taxa bruta de matrícula no ensino superior é o número de matrículas no ensino superior independentemente da idade desses estudantes dividido pelo total da população com idade cinco anos acima da prevista para concluir o ensino médio, isto é, pessoas de 18 a 22 anos de idade. Contudo, em países com taxas elevadas de atraso escolar, como o Brasil, a taxa bruta de matrícula pode assumir valores acima de 100%.

Optou-se, neste estudo, calcular a taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 18 a 24 anos de idade com dados do 2º trimestre da PNAD Contínua 2016 a 2019. Essa taxa equivale à proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade que frequenta escola, independentemente do nível de ensino, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

## **Índice de paridade de gênero da taxa de frequência escolar bruta, por grupos de idade**

O índice de paridade de gênero das taxas brutas de matrícula proposto no CMIG 24 equivale, neste estudo, à razão das taxas de frequência escolar bruta de homens e mulheres para as distintas faixas etárias. Esses indicadores foram calculados usando dados do 2º trimestre da PNAD Contínua 2016 a 2019.



## **Proporção de mulheres graduadas nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática no ensino superior**

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 25, esse indicador é calculado a partir do total de mulheres entre os graduados em nas áreas de ciência, engenharia, produção e construção no ensino superior dividido pelo total de graduados em ciências, engenharia, produção e construção no ensino superior.

Optou-se, neste estudo, por calcular a proporção de mulheres entre os matriculados e entre os concluintes em cursos de graduação presencial, segundo áreas selecionadas, incluindo Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação, Engenharia e profissões correlatas do ano de referência. O resultado divulgado para o Brasil provém do Censo da Educação Superior 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

## **Proporção de mulheres entre docentes (em exercício e afastados) de ensino superior**

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 26, a proporção de mulheres entre professores de ensino superior é o percentual de professoras em relação ao total de professores (homens e mulheres) nesse nível. O resultado divulgado para o Brasil provém do Censo da Educação Superior 2003 a 2019, do INEP<sup>4</sup>. Esse dado representa a proporção de mulheres no total de funções docentes, sendo que o mesmo professor pode exercer funções docentes em uma ou mais instituições de ensino superior.

## **Percentual de pessoas de 6 anos de idade que frequentam a escola, por sexo**

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 27, a taxa líquida de entrada ajustada no primeiro ano do ensino fundamental é o percentual da população com idade prevista oficialmente para entrada no ensino fundamental (6 anos de idade no Brasil) que frequentam esse nível.

Para este estudo, foi calculado o percentual de crianças de 6 anos de idade que frequentavam escola com dados do 2º trimestre da PNAD Contínua 2016 a 2019.

## **Taxa de conclusão nos anos iniciais do ensino fundamental, por sexo**

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 28, taxa bruta de entrada no último ano (Gross Intake Ratio to Last Grade of Primary Education - GIRLG) é um indicador substituto da taxa de conclusão. Ele representa o percentual de novos ingressantes no último ano de determinado nível, independentemente da idade, em relação ao total da população com idade esperada de ingresso nesse último ano. Contudo, em países com

.....  
<sup>4</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: SINOPSE estatística da educação superior 2019. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: jan. 2021.

taxas elevadas de atraso escolar, como o Brasil, o GIRLG pode assumir valores acima de 100%.

Optou-se, neste estudo, por calcular diretamente a taxa de conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental de acordo com o metadado elaborado pelo Instituto de Estatísticas da UNESCO (UNESCO Institute for Statistics - UIS)<sup>5</sup>. Esse indicador é a proporção de pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada para frequência ao último ano do nível selecionado que completaram esse nível. No caso dos anos iniciais do ensino fundamental, representa a proporção de pessoas de 13 a 15 anos de idade que concluíram os anos iniciais do ensino fundamental. Foram usados os dados do 2º trimestre da PNAD Contínua 2016 a 2019.

### **Nível de instrução da população de 25 anos ou mais, por sexo**

Para o CMIG 31, calculou-se, com dados do 2º trimestre da PNAD Contínua 2016 a 2019, a distribuição percentual da população de 25 anos de idade ou mais de acordo com a classificação estabelecida em função do nível de ensino que a pessoa frequenta ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores e o vigente, nos seguintes níveis: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; ou não determinado.

### **Índice de paridade de gênero das taxas ajustadas de frequência escolar líquida, por grupos de idade**

Indicador complementar, que não faz parte do CMIG. O índice de paridade de gênero da taxa ajustada de frequência escolar líquida corresponde, neste estudo, à razão das taxas ajustadas de frequência escolar líquida de homens e mulheres para as distintas faixas etárias. Esses indicadores foram calculados usando dados do 2º trimestre da PNAD Contínua 2016 a 2019.

## **Saúde e serviços relacionados**

### **Prevalência contraceptiva entre mulheres casadas ou em união, de 18 a 49 anos de idade, que tiveram relações sexuais nos últimos 12 meses e que não estavam na menopausa**

O indicador CMIG 32 é expresso pela porcentagem de mulheres casadas ou unidas, de 15 a 49 anos de idade, que estejam usando, ou cujo parceiro sexual esteja usando, pelo menos um método de contracepção, independentemente do método utilizado.

O indicador nacional foi construído com dados da PNS 2013. O módulo de saúde da mulher foi aplicado às mulheres de 18 anos ou mais de idade e suas perguntas sobre

.....  
<sup>5</sup> Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. *Metadata for the global and thematic indicators for the follow-up and review of SDG 4 Education 2030*. Montreal, 2018. 109 p. Disponível em: <https://apa.sdg4education2030.org/resources/metadata-global-and-thematic-indicators-follow-and-review-sdg-4-and-education-2030>. Acesso em: jan. 2021.

métodos para evitar a gravidez foram direcionadas apenas às mulheres que declararam ter praticado relações sexuais nos últimos 12 meses e que não estavam na menopausa. Dessa forma, o indicador nacional representa a porcentagem de mulheres que estejam usando, ou cujo parceiro sexual esteja usando, pelo menos um método de contracepção, independentemente do método utilizado, dentre as mulheres casadas ou unidas, de 18 a 49 anos de idade, que tiveram relações sexuais nos últimos 12 meses e que não estavam na menopausa.

Para fins de análise, os métodos anticoncepcionais são frequentemente classificados como modernos ou tradicionais. Os métodos modernos de contracepção incluem: esterilização feminina e masculina, pílulas hormonais orais, dispositivo intrauterino (DIU), preservativo masculino, injeção contraceptiva, implante (incluindo *Norplant*), métodos de barreira vaginal, preservativo feminino e pílula de contracepção de emergência. Os métodos tradicionais de contracepção incluem o método de amenorria de lactação, de retenção de ritmo (abstinência periódica), entre outros.

Esse indicador não foi atualizado em relação à 1ª edição do estudo, uma vez que os dados da PNS 2019 ainda não estavam disponíveis na oportunidade da elaboração da presente edição.

### **Taxa anual de mortalidade de pessoas menores de 5 anos, por sexo**

O indicador CMIG 33 é descrito como a probabilidade – expressa como uma taxa por 1 000 nascidos vivos – de uma criança nascida em um ano específico morrer antes de atingir os 5 anos de idade, caso sujeita às taxas atuais de mortalidade por idade específica.

O indicador nacional segue os metadados do CMIG e foi obtido da revisão de 2018 das Projeções da População por Sexo e Idade, calculadas pelo IBGE, que contam com estimativas no período 2000-2060 para o Brasil e 2000-2030 para as Unidades da Federação.

### **Cobertura de cuidado pré-natal entre mulheres de 18 a 49 anos de idade que tiveram o último parto entre 28.07.2011 a 27.07.2013**

O indicador CMIG 35a é expresso pela porcentagem de mulheres, de 15 a 49 anos de idade, com um filho nascido vivo em um determinado período de tempo, que recebeu cuidados pré-natais prestados por profissional de saúde qualificado ao menos uma vez durante a gravidez.

Já o indicador 35b é apresentado pela porcentagem de mulheres, de 15 a 49 anos de idade, com um filho nascido vivo em um determinado período de tempo, que recebeu cuidados pré-natais prestados por profissional de saúde qualificado quatro vezes ou mais durante a gravidez.

Os indicadores nacionais respectivos foram construídos com dados da PNS 2013. O módulo sobre atendimento pré-natal foi respondido por mulheres de 18 anos ou mais de idade que tiveram parto no período de 28.07.2011 a 27.07.2013, independentemente de ter algum filho nascido vivo. Dessa forma, o indicador nacional representa a

porcentagem de mulheres de 18 a 49 anos de idade, com algum parto no período entre 28.07.2011 a 27.07.2013, que receberam cuidados pré-natais prestados por profissional de saúde qualificado ao menos uma vez (35a) e quatro vezes ou mais (35b). As informações correspondem à gestação que resultou no último parto do período, com filho nascido vivo ou morto. Foram considerados profissionais de saúde qualificados médicos, enfermeiros e parteiras.

Esse indicador não foi atualizado em relação à 1ª edição do estudo, uma vez que os dados da PNS 2019 ainda não estavam disponíveis na oportunidade da elaboração da presente edição.

### **Proporção de partos atendidos por profissionais de saúde especializados, entre mulheres de 18 a 49 anos de idade que tiveram o último parto entre 28.07.2011 a 27.07.2013**

O indicador CMGI 36 é expresso pela porcentagem de partos com filho nascido vivo, de mulheres de 15 a 49 anos de idade, atendidos por profissional de saúde treinado para fornecer cuidado obstétrico de salvar a vida, incluindo a prestação de cuidados e conselhos necessários para as mulheres durante o trabalho de parto e o período pós-parto, realizando partos por conta própria e cuidando do recém-nascido.

O indicador nacional foi calculado com dados da PNS 2013. O módulo sobre atendimento pré-natal foi respondido por mulheres de 18 anos ou mais de idade que tiveram parto no período de 28.07.2011 a 27.07.2013, o que determinou o recorte etário de 18 a 49 anos de idade. As informações correspondem ao último parto do período, independentemente de o filho ter nascido vivo. Foram considerados profissionais de saúde especializados médicos, enfermeiros e parteiras.

Esse indicador não foi atualizado em relação à 1ª edição do estudo, uma vez que os dados da PNS 2019 ainda não estavam disponíveis na oportunidade da elaboração da presente edição.

### **Prevalência de tabagismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo**

De acordo com os metadados para o indicador CMGI 37, a prevalência de tabagismo entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade resulta do levantamento mais recente sobre uso de tabaco em adultos (ou pesquisa com perguntas sobre o uso do tabaco). O "tabagismo atual" inclui tanto o uso diário, quanto o não diário ou ocasional do tabaco.

O indicador nacional foi calculado com dados da PNS 2019. O módulo sobre estilos de vida foi respondido por pessoas de 15 anos ou mais de idade. São produtos derivados do tabaco: cigarro (industrializado, de palha ou enrolado à mão) e outros (cigarro de cravo ou de Bali, bidi ou cigarro indiano, charuto ou cigarrilha, cachimbo e narguilé). A série inclui, ainda, dado para o ano de 2013, mas com recorte etário de 18 anos ou mais de idade, em razão da metodologia da edição anterior da PNS.

Para comparações internacionais, a recomendação é que a prevalência seja ajustada de acordo com o método de regressão da Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) para padronização, uma vez que as populações podem ter diferenças significativas na estrutura etária ou no uso do tabaco por sexo. O resultado da prevalência calculada por este método, apesar de adequado para comparações internacionais, é um número hipotético sem significado inerente em sua magnitude. Uma vez que o principal objetivo da publicação é apresentar dados para o Brasil, em um ponto no tempo, não foi feito ajuste da prevalência pelo método de padronização.

### **Proporção de pessoas de 20 anos ou mais de idade obesas, por sexo**

O indicador CMIG 38, proporção de adultos obesos, é definido como a razão entre as pessoas de 20 anos ou mais de idade com índice de massa corporal (IMC) igual ou maior a 30 kg/m<sup>2</sup> e as pessoas de 20 anos ou mais de idade.

O indicador nacional foi calculado segundo os parâmetros de IMC e idade do CMIG, com dados da PNS 2013 e 2019.

### **Expectativa de vida aos 60 anos de idade, por sexo**

Expectativa de vida aos 60 anos de idade, indicador CMIG 41, é o número médio de anos que se espera que um homem ou uma mulher de 60 anos de idade viva, se mantido o padrão de mortalidade existente na população em um determinado ano.

O indicador nacional segue os metadados do CMIG e foi obtido da revisão de 2018 das Projeções da População por Sexo e Idade, calculadas pelo IBGE, que contam com estimativas no período 2000-2060 para o Brasil e 2000-2030 para as Unidades da Federação.

## **Vida pública e tomada de decisão**

### **Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo**

O indicador CMIG 43 é expresso pela proporção de mulheres em posições ministeriais do total de homens e mulheres nas posições ministeriais. Um homem ou mulher que ocupe duas ou mais posições ministeriais deve ser contado apenas uma vez. O total inclui primeiro-ministro e ministros. Primeiros-ministros/chefes de governo também devem ser incluídos quando tiverem *status* ministerial. Vice-presidentes e chefes de agências governamentais não devem ser incluídos.

O indicador nacional segue os metadados do CMIG e foi construído mediante consulta aos dados públicos da Presidência da República. Foram considerados os ministérios e os cargos com *status* ministerial na data de 25.09.2020.

### **Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados**

O indicador CMIG 44 refere-se ao número de assentos ocupados por mulheres em parlamentos unicamerais ou nas câmaras baixas (câmara dos deputados) nos parlamentos nacionais, expresso como porcentagem de todos os assentos ocupados.

O indicador nacional foi construído considerando as deputadas federais em efetivo exercício nos dias 20.12.2017 e 25.09.2020 e, segundo os dados públicos do Congresso Nacional, com desagregação por Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Uma tabela adicional apresenta o número e a porcentagem de mulheres entre os deputados federais eleitos nas eleições de 2014 e 2018, conforme os dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE acessados em 25.09.2020, com desagregação por cor ou raça, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

### **Proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para as câmaras de vereadores**

O indicador CMIG 44b refere-se ao número de posições ocupadas por mulheres nas instâncias legislativas do nível de governo local (câmara de vereadores), expresso como porcentagem de todas as posições ocupadas.

O indicador nacional foi construído considerando as mulheres eleitas para o cargo de vereadoras nas eleições de 2016 e 2020, conforme os dados do TSE acessados em 25.09.2020 e 30.12.2020, respectivamente. Há desagregação por cor ou raça, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

### **Participação das mulheres em cargos gerenciais**

A participação das mulheres em cargos gerenciais, indicador CMIG 45, corresponde à proporção de mulheres no total de cargos na administração sênior e intermediária, correspondendo às categorias 11 (legisladores e altos funcionários) ou 12 (gerentes corporativos) da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (International Standard Classification of Occupations - ISCO-08), da OIT.

O indicador nacional foi construído com dados PNAD Contínua, nos anos de 2012 a 2019. A PNAD Contínua utiliza, contudo, a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar, que tem compatibilidade a dois dígitos com a ISCO-08. Assim, foram considerados cargos gerenciais todos aqueles classificados no Grupo 1 – membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes – da CBO-Domiciliar.

Foram apresentadas desagregações por cor ou raça, grupos de idade e classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento habitual do trabalho principal e, em tabela adicional, por Grandes Regiões e Unidades da Federação.

### **Proporção de policiais mulheres, militares e civis**

Segundo os metadados para o indicador CMIG 46, deve-se contabilizar o pessoal em agências públicas, em 31.12, cujas principais funções sejam prevenir, detectar e investigar crimes e prender os supostos autores. Equipes de apoio (secretários, escrivães

etc.) devem ser excluídas. Os dados referem-se a policiais do sexo feminino no nível de governo nacional.

Embora o indicador proposto pelo CMIG refira-se a policiais no nível nacional de governo, optou-se pela construção do indicador para os efetivos ativos da polícia civil e da polícia militar, instituições no âmbito dos governos estaduais com atribuições mais abrangentes e mais capilarizadas pelo Território Nacional. A fonte dos dados é a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC 2014 e 2019, que coletou informações sobre os efetivos policiais referentes a 31.12.2013 e 31.12.2018, respectivamente.

### **Proporção de mulheres entre os candidatos para a Câmara dos Deputados**

Indicador complementar, que não faz parte do CMIG. Ele foi calculado como razão entre o número de mulheres candidatas a deputada federal e o total de candidaturas. Foram utilizadas informações do repositório de dados eleitorais do TSE referentes às eleições de 2014 e 2018. O acesso às informações foi feito em 25.09.2020. Não foram tabulados dados dos candidatos cujas informações constavam como "Não divulgável" no site do TSE.

### **Candidaturas para a Câmara dos Deputados e proporção de candidaturas de mulheres, por classes de receita da candidatura**

Indicador complementar, que não faz parte do CMIG. As candidaturas foram desagregadas por classes de receita (menos de R\$ 100 mil, de R\$ 100 mil a menos de 1 milhão, R\$ 1 milhão ou mais) e foi calculada a proporção de candidaturas de mulheres no total de candidaturas em cada classe de receita. Foram utilizadas informações do repositório de dados eleitorais do TSE referentes às eleições de 2018. O acesso às informações foi feito em 25.09.2020. Não foram tabulados dados dos candidatos cujas informações constavam como "Não divulgável" no site do TSE.

## **Direitos humanos das mulheres e meninas**

### **Casamentos, total e por grupos de idade do cônjuge feminino e masculino, segundo o lugar do registro**

Esse indicador foi proposto como uma *proxy* do indicador CMIG 51 (Proporção de mulheres de 20 a 24 anos de idade, casadas ou em união antes dos 18 anos de idade). A única fonte de dados disponível para o CMIG 51 seria a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS, do Ministério da Saúde, cuja última edição foi realizada em 2006 e teve a informação divulgada na 1ª edição deste estudo.

A *proxy* do CMIG 51, ora apresentada, mede o número e a proporção de casamentos com cônjuges do sexo feminino e masculino com idade inferior a 18 anos no total de casamentos civis realizados em um determinado ano. A fonte de dados é a pesquisa Estatísticas do Registro Civil, do IBGE, de 2011 a 2019, obedecendo também a legislação brasileira pertinente ao assunto.

## **Taxa específica de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos de idade (‰)**

O indicador CMIG 52, taxa de fecundidade adolescente, mede o número de nascimentos das mulheres de 15 a 19 anos de idade por 1 000 mulheres no mesmo grupo etário.

O indicador nacional segue os metadados do CMIG e foi obtido da revisão de 2018 das Projeções da População por Sexo e Idade, calculadas pelo IBGE, que contam com estimativas no período 2000-2060 para o Brasil e 2000-2030 para as Unidades da Federação.

## **Número e taxa de homicídios, por local de ocorrência do incidente, sexo e cor ou raça**

Indicador complementar, que não faz parte do CMIG, apresenta o número e a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, por local de ocorrência, sexo e cor ou raça. Os homicídios de mulheres ocorridos dentro das residências são comumente utilizados como *proxy* de feminicídio.

Para os dados de homicídios, foi utilizada a base do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do DATASUS, Ministério da Saúde. Os homicídios foram definidos como os óbitos com causa base classificada nos CIDs X85-Y09 e Y35-Y36. O local de ocorrência foi classificado a partir do terceiro dígito da causa base do óbito.

Para os dados de população foram utilizadas a Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade para o período 2010-2060: Revisões 2018 e 2013, a PNAD 2008 e a PNAD Contínua, consolidado de 1<sup>as</sup> entrevistas (anos 2013, 2017 e 2018).

## **Municípios com serviços especializados de enfrentamento à violência contra mulheres**

Indicador complementar, que não faz parte do CMIG, proposto para dimensionar o esforço institucional e de políticas públicas locais para o enfrentamento da violência contra mulher.

O indicador foi construído a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2018 e 2019. Traz informações sobre a oferta pelos municípios de serviços públicos especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, como Casas-Abrijo e Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher - DEAM, por porte populacional do município e Grande Região.



## Referências

ARAÚJO, C.; BORGES, D. O gênero, os elegíveis e os não-elegíveis: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Org.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP, 2012. p. 337-385. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3974>. Acesso em: jan. 2021.

ATLAS da violência 2020. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2020. 91 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 151, p. 1-4, 8 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 187, p. 1-5, 30 set. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm). Acesso em: jan. 2021.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LA MUJER, 4., 1995, Beijing. *Declaración y plataforma de acción de Beijing*. Nueva York: Naciones Unidas, 1995. 143 p. Aprovada na 16ª sessão plenária, Pequim, em 15 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/index.html>. Acesso em: jan. 2021.

ESTATÍSTICAS de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 160 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 33). Acima do título: Sistema nacional de informações de gênero. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

INDICADORES brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: jan. 2021.

INTEGRATING a gender perspective into statistics. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 2016. 206 p. (Studies in methods. Series F, n. 111). Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/capacity-development/tools/tool/integrating-a-gender-perspective-into-statistics/>. Acesso em: jan. 2021.

MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003. 368 p.

NADER, M. B; RANGEL, L. de A. S. Mulheres candidatas ao poder executivo estadual no processo eleitoral de 2010: perspectiva de gênero? In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Org.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP, 2012. p. 229-256. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4032>. Acesso em: jan. 2021.

PERFIL dos estados e dos municípios brasileiros 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 124 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?edicao=16771&t=publicacoes>. Acesso em: jan. 2021.

PESQUISA nacional de saúde 2019: atenção primária à saúde e informações antropométricas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 57 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=29078&t=publicacoes>. Acesso em: jan. 2021.

PESQUISA nacional de saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 105 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=29270&t=publicacoes>. Acesso em: jan. 2021.

SINOPSE estatística da educação superior 2019. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: jan. 2021.

TOO young to die: genes or gender? New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 1998. 260 p. Disponível em: [https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2020/Jan/un\\_1998\\_too\\_young\\_to\\_die\\_-\\_genes\\_or\\_gender.pdf](https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2020/Jan/un_1998_too_young_to_die_-_genes_or_gender.pdf). Acesso em: jan. 2021.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *Minimum set of gender indicators*. New York, 2019. Disponível em: <https://genderstats.un.org/#/home>. Acesso em: jan. 2021.

WORLD fertility data 2017. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2017. Disponível em <https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/dataset/fertility/wfd2017.asp>. Acesso em: jan. 2021.

# Equipe técnica

## **Diretoria de Pesquisas**

### **Coordenação de População e Indicadores Sociais**

Cristiane dos Santos Moutinho

### **Coordenação geral do estudo Estatísticas de Gênero**

Luanda Chaves Botelho

João Hallak Neto

Revisão final dos textos

André Geraldo Simões

Barbara Cobo

Betina Fresneda

Bruno Mandelli Perez

Denise Guichard Freire

João Hallak Neto

Leonardo Queiroz Athias

Luanda Chaves Botelho/

Programação, processamento e tabulação dos resultados

Ailton José Lima Martins Furtado

Bruno Mandelli Perez

Isabel Luzia Nori dos Santos

Paulo Cesar Dick Colaboradores

Análise dos resultados

André Geraldo Simões

Barbara Cobo

Bruno Mandelli Perez

Caroline Santos

Denise Guichard Freire

Luanda Chaves Botelho

## **Colaboradores**

### **Centro de Documentação e Disseminação de Informações**

#### **Coordenação de Produção**

Marisa Sigolo

#### **Gerência de Editoração**

##### **Estruturação textual do Informativo**

Fernanda Jardim

Leonardo Ferreira Martins

##### **Projeto gráfico do Informativo**

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

#### **Gerência de Documentação**

##### **Pesquisa e normalização documental**

Aline Loureiro de Souza

Ana Raquel Gomes da Silva

Isabella Carolina do Nascimento Pinto

Juliana da Silva Gomes

Lioara Mandoju

Nádia Bernuci dos Santos

##### **Padronização de glossários e elaboração de resumos indicativos**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Gerência de Gráfica**

**Impressão e acabamento do Informativo**

Ednalva Maia do Monte

Newton Malta de Souza Marques

Helvio Rodrigues Soares Filho